



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

## **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro  
de 2022 e de 2021 e o Relatório dos Auditores Independentes



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150  
TELEFONE (16) 3303.2999

## ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. . . . .	03
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO) e (PASSO). . . . .	08
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO . . . . .	09
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO . . . . .	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA. . . . .	11
NOTAS EXPLICATIVAS . . . . .	12

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores da**

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara.**

**CNPJ: 43.964.931/0001-12**

### **Opinião Com Ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (RI), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (RI) Entidades sem fins lucrativos.

### **Base para opinião com ressalva**

- a) No exercício de 2022 a Entidade não realizou a estimativa da Provisão Para Perdas Sobre Créditos sobre os valores das rubricas do "contas a receber". Conforme nota explicativa nº 8, os valores das rubricas de Provisão Para Perdas Sobre Crédito foram os mesmos do exercício de 2021 no valor de R\$ 11.181.930, onde não foram atualizados em 2022.

## Ênfase

Sem alterar nossa opinião, informamos que a entidade possui algumas questões econômicas-financeiras que chamaram nossa atenção pelo elevado endividamento da entidade tais como:

- a) em 2022 apresentou CCL negativo no montante de R\$ 6.446.993.
- b) em 2022 ocorreu um aumento no total de 24% referente a dívida da entidade com fornecedores, médicos e prestadores de serviços.
- c) O endividamento bancário representa 48% das obrigações a pagar que a entidade possui no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.
- d) O endividamento com fornecedores, médicos, prestadores de serviços e outras obrigações representam 26% das obrigações a pagar que a entidade possui no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.
- e) As contingências cíveis e trabalhistas representam 10% das obrigações a pagar que a entidade possui no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.
- f) As Obrigações Sociais e Trabalhistas representam 6% das obrigações a pagar que a entidade possui no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.
- g) No exercício social de 2022 a entidade sofreu intervenção municipal onde os principais pontos mencionados no relatório de intervenção, emitido em 05 de julho de 2022, foram o valor elevado do endividamento bancário e não bancário bem como a urgência da repactuação das dívidas de curto e longo prazo e a urgência em redução dos custos para assegurar a normal operacionalização dos serviços hospitalares da entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (RI), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (RI) - Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido no dia 25 de março de 2022.

Bebedouro-(SP), 26 de abril de 2023.

**MARCELO**  
**BOCK:85892432815**

Assinado digitalmente por  
MARCELO BOCK:85892432815  
Data: 2023.05.04 13:27:42-03'00'

**MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.**

**CNPJ 03.805.426/0001-00**

**CRC – 2SP 021390/O-7**

**MARCELO BOCK**

**CONTADOR CRC - 1SP 128.524/O-0**

**CVM 11207**





IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 704 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (16) 3303.2000

## Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara CNPJ: 43.964.931/0001-12 Balança Patrimonial – Ativo e Passivo

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS (R\$)

<b>Ativo Circulante</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.413.270	1.894.933	Empréstimos e financiamentos	11	1.496.801	6.942.660
Recursos de subvenções	7	5.979.015	6.715.414	Fornecedores e prestadores de serviços	12	16.074.903	12.787.270
Contas a receber	8	23.245.911	17.781.320	Passivo de arrendamento		57.479	57.479
Estoques	9	3.248.896	3.561.639	Obrigações sociais e trabalhistas	13	6.133.210	5.978.131
Outros créditos		535.410	745.206	Obrigações tributárias	14	864.578	731.684
Despesas antecipadas		-	22.612	Subvenções a realizar	15	8.162.781	7.943.474
				Outras obrigações	16	8.079.743	5.112.792
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>34.422.501</b>	<b>30.721.124</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>40.869.494</b>	<b>39.553.490</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Empréstimos e financiamentos	11	43.683.780	39.558.369
Depósitos judiciais	17	1.492.639	1.044.068	Fornecedores e prestadores de serviço	12	540.680	605.242
Contas a receber	8	-	-	Obrigações tributárias	14	840.811	917.871
		<b>1.492.639</b>	<b>1.044.068</b>	Provisão para contingências	17	9.082.763	5.263.505
				Subvenções Governamentais		-	53.949
				<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>54.148.034</b>	<b>46.398.936</b>
Investimentos		27.128	27.128	<b>Patrimônio Líquido</b>	19		
Imobilizado	10	69.769.842	70.529.881	Patrimônio social		(21.620.533,20)	1.226.562
Intangível		81.288	109.232	Ajuste de avaliação		38.155.145	38.155.145
Direito de uso		-	55.605	Déficit do exercício		(5.758.742,96)	(22.847.095)
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>71.370.896</b>	<b>71.765.914</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>10.775.869</b>	<b>16.534.612</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>105.793.398</b>	<b>102.487.038</b>	<b>Total do passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>105.793.398</b>	<b>102.487.038</b>



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**  
**CNPJ: 43.964.931/0001-12**  
**Demonstração de Resultado do Exercício**

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA

D.R.E - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS (R\$)

<b>Receitas</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita com subvenções para custeio		19.834.770	25.152.370
Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de de Saúde- SUS		60.978.464	48.337.180
Receitas de convênios e particulares		14.487.661	11.060.343
Receitas com doações diversas		2.748.660	5.309.479
Outras receitas		7.559.782	5.176.496
Receita com trabalhos voluntários		-	711.326
		<b>105.609.337</b>	<b>95.747.194</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
Serviços médicos		(28.740.895)	(25.585.530)
Medicamentos e materias		(23.147.909)	(25.914.413)
Pessoal e encargos	20	(40.449.558)	(38.060.551)
Depreciação e amortização		(3.898.247)	(3.960.742)
Trabalhos voluntários		-	(711.326)
Provisão para perdas sobre crédito		-	(9.308.435)
Provisão (reversão) de contingências		(3.819.259)	(1.930.625)
Outras despesas operacionais	21	(9.853.099)	(9.186.508)
		<b>(109.908.967)</b>	<b>(114.658.130)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido</b>		<b>(4.299.629)</b>	<b>(18.910.936)</b>
Receitas financeiras		2.167.653	312.382
Despesas financeiras		(3.626.766)	(4.248.541)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	22	<b>(1.459.114)</b>	<b>(3.936.159)</b>
Benefício fiscal usufruído	24	11.518.852	10.599.511
(-) Benefício fiscal usufruído	24	(11.518.852)	(10.599.511)
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(5.758.743)</b>	<b>(22.847.095)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 704 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150  
TELEFONE (16) 3303.2999

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**  
**CNPJ: 43.964.931/0001-12**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO  
EM REAIS (R\$)

	Patrimonio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)	Déficit acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9.858.508</b>	<b>36.679.840</b>	<b>(7.156.641)</b>	<b>39.381.707</b>
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(7.156.641)		7.156.641	-
Realização do AAP	(1.475.305)	1.475.305	-	-
Déficit do Exercício	-	-	(22.847.095)	(22.847.095)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.226.562</b>	<b>38.155.145</b>	<b>(22.847.095)</b>	<b>16.534.612</b>
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(22.847.095)		22.847.095	-
Realização do AAP				
Déficit do Exercício			(5.758.743)	(5.758.743)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>21.620.533</b>	<b>(5.758.743)</b>	<b>10.775.869</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**  
**CNPJ: 43.964.931/0001-12**  
**Demonstração do fluxo de caixa**

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO  
EM REAIS (R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit de exercício</b>	<b>(5.758.743)</b>	<b>(22.847.095)</b>
Ajustes por:		
Depreciações do ativo imobilizado	2.610.458	2.569.844
Amortização do intangível	27.944	138.417
Provisão para crédito de liquidação duvidosa valor residual da baixa de ativo imobilizado e intangível		9.308.435 12.254
Provisão (reversão) de contingências	3.819.259	1.780.625
(Aumento) redução nos ativos:		
Recursos de subvenções	15.484.278	(355.847)
Contas a receber	(5.464.591)	(6.783.432)
Estoques	312.744	(938.092)
Outros créditos	209.796	99.397
Depósitos judiciais	(448.571)	(327.286)
(Redução) aumento nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviço	3.281.782	(882.144)
Obrigações sociais e trabalhistas	155.079	750.040
Obrigações tributárias	132.894	(504.137)
Subvenções a realizar	(13.751.781)	1.462.858
Outras obrigações	170.032	1.280.815
<b>Caixa líquido nas atividades operacionais</b>	<b>780.577</b>	<b>(15.235.348)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
<u>Aquisições de ativo imobilizado e intangível</u>	<u>(2.798.054)</u>	<u>(3.453.063)</u>
<b>Caixa líquido nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.798.054)</b>	<b>(3.453.063)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captações	31.029.142	20.000.000
Juros Passivos e Outros Encargos	838.856	3.531.204
Pagamentos de Financiamentos(juros)	(3.486.841)	(3.676.330)
Pagamento de Financiamentos (principal)	(26.845.342)	(2.054.657)
Pagamento de arrendamentos		-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.535.814</b>	<b>17.800.217</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(481.663)</b>	<b>(888.194)</b>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.894.933	2.783.127
No fim do exercício	1.413.270	1.894.933
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(481.663)</b>	<b>(888.194)</b>



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150  
TELEFONE (16) 3303.2999

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**  
**CNPJ: 43.964.931/0001-12**  
**Notas Explicativas**

## **1 Contexto operacional**

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, pessoa jurídica de direito privado de finalidade não lucrativa, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual no 4.391 de 21 de novembro de 1957 pela Lei Municipal no 797 de 4/4/1960 e pelo Decreto Federal n o 65.084 de 29/8/1969, com sede na cidade de Araraquara - SP, Avenida José Bonifácio, 794, fundada em 25 de fevereiro de 1902, com prazo de duração indeterminado.

Seu objetivo principal é a prestação de serviços na área de assistência médica e hospitalar; podendo criar ou instituir outros, quando possível, onde serão admitidos interna e externamente para tratamento, pessoas de qualquer condição social, com ou sem recursos, respeitados os princípios cristãos, beneficentes e humanitários, na acepção legal do termo, sendo sempre observado, quanto ao seu tratamento, à capacidade operacional disponível, na forma da legislação em vigor.

Em 15 de setembro de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria no 861 de 9 de setembro de 2020 que deferiu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) pelo período de 23 de novembro de 2020 a 22 de novembro de 2023, conforme nota explicativa 25.

Essas demonstrações financeiras contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, inscrita no CNPJ. NO 43.964.931/0001-12.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Entidade excede o ativo circulante no montante de R\$ 6.446.993 (R\$ 8.832.366 em 2021). Em 2022 foi apurado déficit no montante de R\$ 5.758.743 (déficit no montante de R\$ 22.847.095 em 2021).

Para honrar seus compromissos, e manter a operação da Entidade, foi necessário contrair novos empréstimos de capital de giro, fato este que nos últimos anos elevou o endividamento bancário. Em 2022 essas operações geraram R\$ R\$ 3.486.841 de despesas financeiras, contra R\$ 4.248.541 em 2021.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Entidade, as projeções



futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a I TG 2002 (RI) — Entidades sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 26 de abril de 2023. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, a Entidade não realizou operações para apresentação da demonstração do resultado abrangente.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As



demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.

## **3 Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade:

- i) Caixa e equivalentes de caixa;
- ii) Recursos de subvenções;
- iii) Contas a receber; e
- iv) Outros créditos.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são:

- i) Empréstimos e financiamentos a pagar;



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 704 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

ii) Fornecedores e prestadores de serviço a pagar;

iii) Passivo de arrendamento; e

iv) Outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

### **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a



partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

### **3.3 Recursos de subvenções**

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

### **3.4 Contas a receber**

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

### **3.5 Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

### **3.6 Imobilizado**

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 704 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

Os custos subseqüentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Descrição	Vida útil estimada em anos
Edifícios	40
Instalações	14
Móveis e utensílios	7
Máquinas, equipamentos e instrumentais	8
Equipamentos de informática	4
Bens de pequeno valor	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

### **3.7 Intangível**

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.



### **3.8 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

### **3.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

### **3.10 Fornecedores e prestadores de serviço**

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviço são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.11 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido nas sobras ou perdas do exercício, como dispêndios/ despesas operacionais.

### **3.12 Outros ativo e passivos circulantes e não circulantes**

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

### **3.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:



#### 3.13.1 Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

#### 3.13.2 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

#### 3.13.3 Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### **3.14 Subvenções governamentais**

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (RI) - Subvenção e Assistência Governamentais:

#### (i) Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 704 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

(ii) Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

### **3.15 Apuração do resultado contábil**

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

### **3.16 Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (RI) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício.



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

### **3.17 Receita com doações**

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação.

### **3.18 Benefício a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.



### **3.19 Ajuste de avaliação patrimonial**

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente no patrimônio líquido.

### **3.20 Demonstração do fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

## **4 Estimativa e julgamento contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

### **4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais os respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa "impairment"

Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, conforme nota explicativa 8.

- b) Vida útil estimada do ativo imobilizado



A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado conforme nota explicativa 10.

c) Provisão para contingências

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 17.

## **5. Gestão de risco financeiro**

### **5.1 Fatores de risco financeiro**

Todos as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 704 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

#### 5.1.1 Risco de crédito

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios. A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos. Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:

	<b>Nota</b>	<b><u>2022</u></b>	<b><u>2021</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.413.270	1.894.933
Recursos de subvenções	7	5.979.015	6.715.414
Contas a receber	8	23.245.911	17.781.320
Outros créditos		535.410	767.818
<b>Total</b>		<b><u>31.173.606</u></b>	<b><u>27.159.485</u></b>

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites. Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Entidade possuía em 2022 e em 2021 provisão para perdas esperadas, no montante de R\$ 11.181.930 e de R\$ 11.181.930, respectivamente, representativos de 32% do saldo de contas a receber (9% em 2021).



#### 5.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde.

Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,84 e 0,38 (0,82 e 0,48 em 2021), respectivamente, indicando a falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

A Entidade realiza o monitoramento do seu fluxo de caixa e busca otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Face a desafiadora e complexa situação financeira da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. Com isso, certas obrigações têm tido seus prazos de pagamentos postergados.

Além disso, a Entidade está num intenso processo de renegociação com seus principais devedores no sentido de adequar seus fluxos e prazos de pagamentos as suas expectativas de geração de caixa, sem prejuízo da continuidade das operações e imagem da Entidade.

#### 5.1.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

#### 5.1.4 Risco de taxas de juros

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam 0,84% a 0,95% a.m.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	10.133	6.144
Bancos conta movimento	15.810	182.041
Aplicações financeiras	1.386.007	1.697.632
Cartões de crédito	1.320	9.146
<b>Total</b>	<b>1.413.270</b>	<b>1.894.933</b>

As aplicações financeiras de curto prazo são em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rendimento de 63,7% a 71 do Certificado de Depósito Interbancário- CDI, com liquidez imediata, cujos valores se aproximam dos valores de mercado, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 7 Recursos de subvenções

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento-Subvenções	100.513	3.505
Aplicações financeiras-subvenções	5.878.502	6.711.909
<b>Total</b>	<b>5.979.015</b>	<b>6.715.414</b>

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares. Recurso recebido do Ministério Público do trabalho direcionado para ampliação da estrutura física visando a aumento das quantidades de leitos (remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 63,7% a 81% do CDI).

### a) Recebimento de recursos:

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e o crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.

### Consumo convênios:

Quando se referem a ativo depreciable, deve atender o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamental, e segundo a referida norma deve ser reconhecida ao longo do



período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito na receita em contrapartida da despesa de depreciação reconhecida no resultado. De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

## 8 Contas a receber

### 8.1 Composição do saldo

	2022			2021		
	Circulante	não circulante	Total	Circulante	não circulante	Total
<b>Contas a receber</b>						
Convênios (i)	6.102.985		6.102.985	5.717.128	-	5.717.128
Sistema Único de Saúde- SUS (i)	15.954.172		15.954.172	13.774.208	-	13.774.208
Prefeitura Municipal de Araraquara (ii)	4.678.683	7.640.746	12.319.429	1.790.854	7.640.746	9.431.600
Pacientes particulares (i)	51.254		51.254	40.314	-	40.314
	<b>26.787.095</b>	<b>7.640.746</b>	<b>34.427.841</b>	<b>21.322.504</b>	<b>7.640.746</b>	<b>28.963.250</b>
Provisão para perdas sobre créditos (-) PECLD (iii)	(3.541.184)	(7.640.746)	(11.181.930)	(3.541.184)	(7.640.746)	(11.181.930)
	<b>(3.541.184)</b>	<b>(7.640.746)</b>	<b>(11.181.930)</b>	<b>(3.541.184)</b>	<b>(7.640.746)</b>	<b>(11.181.930)</b>
<b>Total</b>	<b>23.245.911</b>	<b>-</b>	<b>23.245.911</b>	<b>17.781.320</b>	<b>-</b>	<b>17.781.320</b>

## Quadro

- (i) Trata-se de direitos a receber pela prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Incentivo a Contratualização Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS, Leitos de Retaguarda e do programa RIJE - Rede de Urgência e Emergência, Convênios não SUS e Particulares.
- (ii) Os valores a receber da Prefeitura Municipal de Araraquara (PMA) referem-se a convênios e diferenciais de extra teto de atendimentos aprovados pela PMA. Em 11 de dezembro de 2018, a Entidade obteve a decisão emitida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Araraquara sobre a conversão em precatórios dos créditos discutidos judicialmente referente valores extra tetos SUS, mediante processo 0010196-88.2018.8.26.0037, no montante de R\$ 7.640.746, que se encontra registrado no contas a receber no ativo não circulante. A Administração da Entidade avaliou que decorridos 3 anos da conversão dos créditos em precatórios, não houve qualquer fato novo que pudesse sustentar a expectativa favorável de realização do montante, nesse sentido decidiu pela constituição de provisão para perdas sobre créditos de recebimento duvidoso. A Administração junto com a assessoria jurídica utilizará todos os mecanismos legais para buscar receber o valor.
- (iii) A provisão para perda sobre créditos com glosas de convênios e valores a receber da Prefeitura Municipal de Araraquara convertidos em precatórios é realizada com base em análises de perdas históricas. Em 2021 a Administração procedeu a revisão dessa estimativa e consequentemente atualizou a PECLD constituída, no montante de R\$ 11.181.930 dos títulos vencidos cuja expectativa de realização é duvidosa. No exercício de 2022 o da PPSC foi mantido o mesmo saldo do ano anterior.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 704 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

## 8.2 Contas a receber de clientes por idade de vencimento

### QUADRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	<u>6.800.473</u>	<u>5.721.062</u>
<b>Vencidas</b>		
Até 30 dias	26.321	22.143
De 31 a 60 dias	414.502	348.710
De 61 a 90 dias	729.965	614.101
De 91 a 180 dias	13.164.918	11.075.304
Acima de 180 dias	13.291.661	11.181.930
	<u>27.627.368</u>	<u>23.242.188</u>
	<u>34.427.841</u>	<u>28.963.250</u>

## 9 Estoques

Segue abaixo a posição do estoque findo em 31.12.2022 de acordo com o balanço patrimonial

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Material hospitalar	1.116.847	1.200.412
Drogas e medicamentos	1.756.865	1.931.533
Material de expediente	51.128	63.475
Material diversos	324.057	366.219
Total	<u>3.248.896</u>	<u>3.561.639</u>



## 10 Ativo Imobilizado

Segue abaixo a posição do estoque findo em 31.12.2022 de acordo com o balanço patrimonial.

Descrição	Custo de aquisição + custo atribuído	Depreciação acumulada	2022	2021
			Líquido	Líquido
Terrenos	36.195.684	-	36.195.684	36.195.684
Edificações	28.312.484	(10.416.186)	17.896.298	19.032.744
Instalações	1.849.815	(571.765)	1.278.050	1.352.042
Equipamentos de informática	927.272	(729.029)	198.243	244.788
Mobiliário	3.450.480	(2.284.888)	1.165.592	1.513.555
Veículos	222.342	(222.342)	-	-
Máquinas, equipamentos e Instrumentais	9.944.439	(4.482.367)	5.462.072	6.917.676
Bens de pequeno valor	1.023.634	(587.556)	436.078	475.442
Imobilizações em curso	7.137.825	-	7.137.825	4.797.950
	<b>89.063.975</b>	<b>(19.294.133)</b>	<b>69.769.842</b>	<b>70.529.881</b>

### b) Movimentação do custo de aquisição

	1º/1/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Terrenos	36.195.684	-	-	-	36.195.684	-	-	-	36.195.684
Edificações	28.312.483	-	-	-	28.312.483	-	-	-	28.312.483
Instalações	1.849.815	-	-	-	1.849.815	-	-	-	1.849.815
Equipamentos de informática	881.994	40.877	(2.501)	-	920.370	6.902	-	-	927.272
Mobiliário	3.485.660	27.364	(34.039)	-	3.478.985	-	(28.505)	-	3.450.480
Veículos	222.342	-	-	-	222.342	-	-	-	222.342
Máquinas, equipamentos e Instrumentais	8.289.753	2.019.798	-	238.485	10.548.036	-	(603.597)	-	9.944.439
Bens de pequeno valor	966.628	-	-	0	966.628	57.006	-	-	1.023.634
Imobilizações em curso	3.671.411	1.365.024	-	(238.485)	4.797.950	2.339.875	-	-	7.137.825
<b>Total</b>	<b>83.875.770</b>	<b>3.453.063</b>	<b>(36.540)</b>	<b>0</b>	<b>87.292.293</b>	<b>2.403.783</b>	<b>(632.101)</b>	<b>-</b>	<b>89.063.975</b>

### c) Movimentação da depreciação

	01/01/2021	Aquisições	Baixas	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Edificações	(8.139.577)	(1.140.162)	-	(9.279.739)	(1.136.448)	-	(10.416.187)
Instalações	(423.780)	(73.993)	-	(497.773)	(73.993)	-	(571.766)
Equipamentos de informática	(541.088)	(136.277)	1.783	(675.582)	(57.295)	3.848	(729.029)
Mobiliário	(1.645.993)	(339.934)	20.497	(1.965.430)	(347.132)	27.674	(2.284.888)
Veículos	(222.342)	-	-	(222.342)	-	-	(222.342)
Máquinas, equipamentos e Instrumentais	(2.850.561)	(779.799)	-	(3.630.360)	(852.006)	-	(4.482.366)
Bens de pequeno valor	(393.513)	(99.679)	2.006	(491.186)	(96.369)	-	(587.555)
<b>Total</b>	<b>(14.216.854)</b>	<b>(2.569.844)</b>	<b>24.286</b>	<b>(16.762.412)</b>	<b>(2.563.243)</b>	<b>31.522</b>	<b>(19.294.133)</b>



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

A Entidade avalia a cada exercício ou a qualquer momento que possa existir evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente. Em 2022 a Entidade não identificou nenhuma evidência de perda no valor recuperável.

## 11 Empréstimos

Instituição/modalidade	vencimento final	Taxa de juros	2022			2021		
			<u>circulante</u>	<u>não circulante</u>	<u>total</u>	<u>circulante</u>	<u>não circulante</u>	<u>total</u>
Santander-capital de giro	2029	de 0.84% a 0.95% a.m.	147.336	27.657.019	27.804.356	2.929.923	23.560.908	26.490.831
Sicoob Credicom- capital de giro	2028		852.179	5.542.406	6.394.586	2.111.818	5.542.406	7.654.224
Bradesco	2028		497.285	10.484.354	10.981.639	1.900.919	10.455.055	12.355.974
			<u>1.496.801</u>	<u>43.683.780</u>	<u>45.180.581</u>	<u>6.942.660</u>	<u>39.558.369</u>	<u>46.501.029</u>

Recursos captados junto a instituições financeiras, com garantias de cessão de créditos que a Entidade detém com o Ministério da Saúde (contrato SUS), destinados a capital de giro e alongamento de dívidas da Entidade, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

## 12 Fornecedores e Prestadores de Serviço

A Entidade tem realizado acordos com o objetivo de quitar dívidas com alguns fornecedores, onde foram obtidos descontos. O saldo do passivo não circulante refere-se aos acordos firmados entre a Entidade e os seus fornecedores.

Descrição	2022			2021		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores de bens e serviços	10.310.987	109.278	10.420.265	8.219.489	121.323	8.340.812
Honorários e serviços médicos a pagar	5.763.916	431.402	6.195.319	4.567.781	483.919	5.051.700
<b>Total</b>	<b>16.074.903</b>	<b>540.680</b>	<b>16.615.583</b>	<b>12.787.270</b>	<b>605.242</b>	<b>13.392.512</b>



### 13 Obrigações Sociais e Trabalhistas

A Entidade possui valores a serem liquidados no curto prazo referente as obrigações sociais e trabalhistas conforme demonstrado abaixo:

Descrição	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Férias e encargos sociais	3.562.054	3.673.174
Salários a pagar	2.028.058	1.844.974
Fgts a recolher	310.651	445.106
Outras obrigações com pessoal	232.447	14.877
<b>Total</b>	<b>6.133.210</b>	<b>5.978.131</b>

### 14 Obrigações Tributárias

Segue abaixo os valores que a Entidade possui valores a serem liquidados no curto e longo prazo referente as obrigações tributárias conforme demonstrado abaixo:

#### a) Composição de saldo

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	circulante	não circulante	total	circulante	não circulante	total
<b>Correntes</b>						
PIS/COFINS/CSLL Retido de prestadores	212.029	-	212.029	85.983	-	85.983
INSS Retido - Funcionarios	233.404	-	233.404	195.723	-	195.723
INSS Retido - Prestadores de serviços	48.787	-	48.787	10.422	-	10.422
IRRF de Funcionários	191.756	-	191.756	144.308	-	144.308
IRRF de Prestadores de serviços	39.063	-	39.063	30.684	-	30.684
ISS a recolher	48.560	-	48.560	12.621	-	12.621
<b>Total</b>	<b>773.600</b>	<b>-</b>	<b>773.600</b>	<b>479.741</b>	<b>-</b>	<b>479.741</b>
<b>Parcelamentos</b>						
FGTS - Time mania(i)	7.590	782.893	790.483	159.232	782.893	942.125
Parcelamento Simplificado - PEPAR (ii)	83.388	31.502	114.890	83.388	108.561	191.949
Parcelamento ICMS AIIM 4.122.755-4	-	26.416	26.416	9.323	26.417	35.740
<b>Total</b>	<b>90.978</b>	<b>840.811</b>	<b>931.789</b>	<b>251.943</b>	<b>917.871</b>	<b>1.169.814</b>
<b>Total geral</b>	<b>864.578</b>	<b>840.811</b>	<b>1.705.389</b>	<b>731.684</b>	<b>917.871</b>	<b>1.649.555</b>

(i) Os valores de FGTS se referem a parcelamento efetuado junto à Caixa Econômica Federal, com vigência pelo período de 9 de dezembro de 2007 a 9 de novembro de 2027 correspondente a 240 parcelas mensais.

(ii) Os valores incluídos no Parcelamento Prev. Simplificado referem-se a DEBCAD nº 37.354.475-8, 37.479.138-4 não incluídos no Programa PROSUS em 4 de julho de 2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24 de outubro de 2013. No dia 27 de



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

março de 2019, a Entidade assumiu junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União o Parcelamento do Débito no valor total de R\$ 381.140 dividido em 60 parcelas.

## 15 Subvenções a Realizar

Segue abaixo os valores referente a subvenções a realizar com saldo findo em 31.12.2022.

a) Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subvenções a realizar-Estadual	-	-
Subvenções a realizar-Federal	8.162.781	7.943.474
<b>Total</b>	<b>8.162.781</b>	<b>7.943.474</b>

Convênios federais	convênios diversos	Ministerio publico do trabalho	Emendas Parlamentares Federais	Portaria projeto telemedicina	total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>1.272.454</b>	<b>4.566.248</b>	<b>593.576</b>	<b>25.938</b>	<b>6.458.216</b>
Adições	-	1.839.981	6.276.825	-	8.116.806
Rendimento de aplicações financeiras	81	239.687	407	1.007	241.182
Utilização	-	163.318	6.709.412	-	6.872.730
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.272.535</b>	<b>6.482.598</b>	<b>161.396</b>	<b>26.945</b>	<b>7.943.474</b>
Adições	160.433	2.997.617	3.657.615	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	-	-	-
Utilização	-	1.432.968	1.317.434	26.945	7.943.474
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>8.162.781</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 16 Outras Obrigações

Segue abaixo os valores referente as outras obrigações a pagar com saldo findo em 31.12.2022.

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Departamento de água e esgotos	1.452.205	1.452.459
Compainha Paulista de Força e luz	2.587.347	1.172.595
Adiantamento de clientes	1.102.105	1.696.944
Portaria 662 de 2020	-	-
Acordos a pagar	8.851	243.992
Vale alimentação a pagar	134.571	76.048
Convênios a pagar	347.056	101.497
Outros	2.447.610	369.257
<b>Total</b>	<b>8.079.743</b>	<b>5.112.792</b>



## 17 Provisão Para Contingências

Segue abaixo os valores referente as Provisões para contingências com saldo findo em 31.12.2022.

### a) Composição de saldo

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhistas	1.647.938	1.996.001
Cíveis / Tributária	7.434.825	3.267.504
<b>Total</b>	<b>9.082.763</b>	<b>5.263.505</b>

A Entidade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos e a análise das demandas judiciais pendentes. Os valores provisionados, considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento.

Essas ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais no montante de R\$ 1.492.639 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.044.068 em 2021).

### b) Movimentação

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis/tributária</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.210.521	2.122.358	3.332.879
Adições	785.480	1.145.145	1.930.625
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1.996.001	3.267.503	5.263.505
Adições / exclusões	(348.063)	4.167.322	3.819.259
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	<u>1.647.938</u>	<u>7.434.825</u>	<u>9.082.763</u>



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

## 18 Passivos contingentes

Estão sendo discutidas outras ações de natureza cível, trabalhista e tributária cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2022 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível, mas não provável, conforme demonstrado abaixo:

<u>Classificação</u>	<u>2022</u> <u>valores</u>	<u>2021</u> <u>valores</u>
Cível	5.075.013	12.877.851
Tributário	1.075.160	1.073.197
Trabalhista	<u>363.356,96</u>	<u>292.196</u>
Processos Possíveis	<u><b>6.513.530</b></u>	<u><b>14.243.244</b></u>

Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

## 19 Patrimônio líquido

### a) Patrimônio social

É composto pelas dotações iniciais, valores de superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios e por doações recebidas de terceiros, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados. O déficit do exercício de 2022, no valor de R\$ 5.758.742,96., será incorporado ao Patrimônio Social quando da aprovação do Balanço.

### b) Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe



deram origem. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária.

### c) Déficit acumulado

Representa o Déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

O Déficit apresentado do exercício de 2022 no montante de R\$ 5.758.742,96, foi impactado pela mobilização da contratação de profissionais, aumento na demanda por serviços de saúde em geral no SUS, aumento indiscriminado do preço dos medicamentos e materiais médicos hospitalares, elevada inflação do segmento da saúde em geral e aumento do déficit financeiro em razão dos juros sobre empréstimos bancários.

### 20 Pessoal e encargos

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e ordenados	25.823.237	23.908.889
Férias 13º salário e rescisão trabalhista	8.277.654	7.519.191
Encargos sociais	2.421.391	3.104.972
Benefícios a funcionários	3.927.276	3.527.499
<b>Total</b>	<b>40.449.558</b>	<b>38.060.551</b>

### 21 Outras receitas e despesas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços contratados de terceiros	(4.305.590)	(4.777.481)
Utilidades	(3.838.101)	(4.201.852)
Outras despesas e receitas	(1.709.408)	(207.175)
<b>Total</b>	<b>(9.853.099)</b>	<b>(9.186.508)</b>



## 22 Resultado financeiro líquido

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Juros s/ Aplicações Financeiras	838.352	
Rendimentos e variações sobre contas a descontos obtidos	504	158.365
Outra receitas financeiras	1.328.797	
	-	-
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>2.167.653</b>	<b>158.365</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimo de capital de giro	(3.508.380)	(3.584.673)
Juros e multas sobre atraso	(50.450)	(61.321)
Despesas bancárias	(54.393)	(48.459)
Outras despesas	(13.543)	(400.071)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(3.626.766)</b>	<b>(4.094.524)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(1.459.114)</b>	<b>(3.936.159)</b>

## 23 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento



das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

#### **24 Imunidade das contribuições usufruídas**

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está apresentada a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cota patronal de INSS, seguro de Acidente do Trabalho - SAT sobre serviço de	9.177.055	8.503.006
COFINS sobre faturamento	2.341.796	2.096.505
<b>Total</b>	<b>11.518.852</b>	<b>10.599.511</b>

#### **25 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)**

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e o Parecer Técnico nº 350/2020- CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

25000.120012/2020-32, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art.1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, CNPJ nº 43.964.931/0001-12, com sede em Araraquara (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de novembro de 2020 a 22 de novembro de 2023.

## **26 Atendimento ao sistema único de saúde – SUS**

Como observância ao limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, inciso II, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e regulamentações posteriores, para fins de manutenção do Certificado de Entidade Filantrópica, a Entidade demonstra o efetivo atendimento a usuários do SUS, acima de 60%. Os atendimentos e procedimentos ambulatoriais podem ser incorporados a prestação de serviços ao SUS no percentual máximo de 10%, conforme demonstrativo abaixo:

## **27 Instrumentos financeiros**

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos, e outras obrigações. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA  
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150  
TELEFONE (18) 3303.2999

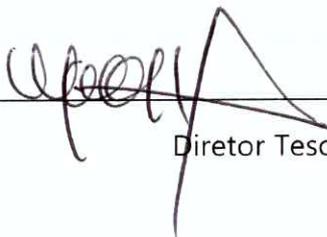
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

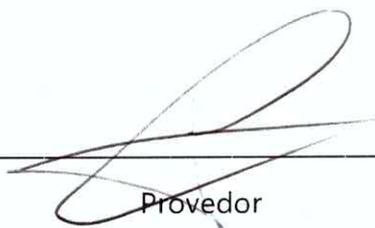
## 28 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

## 29 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar seguros de prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

  
Diretor Tesoureiro

  
Provedor

  
EVANDRO JOSÉ DORNELAS  
CRC: 1SP288665/O-2  
CONTADOR

Contador



## **PARECER**

Os membros do Conselho Fiscal da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e em consonância com o Relatório dos Auditores Independentes, julgaram adequadas as referidas demonstrações apresentadas, com parecer favorável para sua aprovação.

**Araraquara | SP, 08 de maio de 2.023**



**João Marcelo Zenatti**  
**Conselheiro Fiscal**



**Walter Manso Figueiredo**  
**Conselheiro Fiscal**



**Marcello Caramurú**  
**Conselheiro Fiscal**